



EMERJ - ESCOLA DA MAGISTRATURA DO ESTADO DO RJ  
EMERJ - DIRETORIA-GERAL DA ESCOLA DA MAGISTRATURA  
EMERJ - SECRETARIA-GERAL  
EMERJ - DEPARTAMENTO DE ADMINISTRACAO  
EMERJ - DIVISAO DE CONTRATOS E CONVENIOS

## TERMO DE REFERÊNCIA

### 1. OBJETO

1.1. Prestação de serviços de intermediação de pagamento por meio de sistema e-commerce e terminais POS, incluindo captura, roteamento, transmissão, processamento e liquidação de transações financeiras nos recebimentos por Pix e cartão de crédito e débito relativos às atividades acadêmicas, cursos e taxas administrativas da Escola da Magistratura do Estado do Rio de Janeiro, com aceitação mínima das bandeiras Visa, Mastercard e Elo, consoante condições, exigências e quantitativos especificados neste Termo de Referência e seu(s) anexo(s).

LOTE ÚNICO						
ITEM	CÓDIGO CATSER	DESCRIÇÃO	UNIDADE DE MEDIDA	VALOR ARRECADAÇÃO ESTIMADO (R\$) (A)	TAXA DE ADMINISTRAÇÃO ESTIMADA (%) (B)	VALOR ESTIMADO A SER PAGO (R\$) (AxB)
1	21300	Taxa MDR – Função Débito	TX ADM	129.066,67	1,07	1.381,01
2	21300	Taxa MDR – Função Crédito à Vista	TX ADM	3.226.666,67	2,05	66.146,67
3	21300	Taxa MDR – Função Crédito Parcelado de 2 até 6 vezes.	TX ADM	2.904.000,00	2,60	75.504,00
4	21300	Taxa MDR – Função Crédito Parcelado de 7 até 12 vezes.	TX ADM	64.533,33	2,80	1.806,93
5	21300	Taxa Mensal de Antecipação de recebíveis.	TX ADM	129.066,67	1,89	2.439,36
VALOR TOTAL				6.453.333,34		147.277,97

## **Valores previstos para um período de 24 (vinte e quatro) meses**

**1.2.** A solução contratada deverá contemplar, além das funcionalidades elencadas abaixo, o fornecimento, em regime de comodato e sem ônus, de 3 (três) terminais físicos POS/POC necessários ao atendimento presencial, com manutenção, substituição e insumos; bem como a realização de treinamento inicial e atualizações periódicas à equipe da EMERJ. (itens correlatos: 5.3 – Materiais/Equipamentos e 5.1.4 – Requisitos operacionais):

- a) Captura de transações com cartões de crédito à vista e parcelado (máximo 12x), débito e PIX, em conformidade com a Resolução BCB nº 1/2020 e nº 429/2024;
- b) Disponibilização de pagamentos presenciais via POS/POC, online (e-commerce), link de pagamento e QR Code;
- c) Possibilidade de pagamentos recorrentes, reembolsos e estornos com rastreabilidade;
- d) Possibilidade de pagamentos por aproximação;
- e) Compatibilidade com convênios e arrecadações específicas da EMERJ.
- f) A máquina POS deverá possuir a tecnologia NFC que permite a comunicação sem contato entre dispositivos, viabilizando o pagamento por cartão de crédito por aproximação.

**1.3.** O objeto desta contratação não se enquadra como sendo bem de luxo, conforme Ato Normativo TJ nº 18/2022.

**1.4. Trata-se de** prestação de serviços contínuos, sem dedicação exclusiva de mão de obra, com disponibilização de infraestrutura tecnológica (gateway/PSP), terminais POS/POC em comodato, suporte e manutenção, conforme itens 5.1 e 5.3.

**1.5.** A contratada será remunerada exclusivamente pelas taxas de MDR (Merchant Discount Rate) e pela taxa de antecipação de recebíveis incidentes sobre as transações efetuadas, retidas no ato do repasse, vedada a cobrança de quaisquer outros encargos não previstos neste TR/edital/contrato.

**1.6.** O prazo de vigência da contratação é de 24 (vinte e quatro) meses contados a partir da data indicada no memorando de início do serviço, expedido pelo órgão fiscal, após a formalização do contrato e publicação de seu extrato no DJERJ, na forma do art. 106 da Lei nº 14.133/21 e prorrogável a teor do disposto no art. 107 do mesmo diploma legal.

## **2. FUNDAMENTAÇÃO DA CONTRATAÇÃO**

**2.1.** As justificativas e os objetivos da contratação, com o fito de atender às necessidades da EMERJ, encontram-se pormenorizados em tópicos específicos do Estudo Técnico Preliminar, adequando-se à solução de contratação pretendida, Anexo A (ETP) deste Termo de Referência.

**2.2.** O objeto da contratação está previsto no Plano Anual de Contratação de 2026 da EMERJ, conforme detalhamento constante no item IV do Estudo Técnico Preliminar (ETP).

## **3. DESCRIÇÃO DA SOLUÇÃO COMO UM TODO**

**3.1.** A descrição da solução como um todo encontra-se no item IX do Estudo Técnico Preliminar, Anexo A (ETP) deste Termo de Referência, conforme preceitua o art. 18, § 1º, VII da Lei Federal 14.133/21.

### **3.2. Parcelamento do Objeto**

**3.2.1. Conforme esclarecido no item 10 do Estudo Técnico Preliminar,** não se justifica o parcelamento do objeto. A contratação de um único fornecedor garantirá a economicidade, a eficiência, a padronização

tecnológica e a mitigação de riscos operacionais, em conformidade com os princípios da eficiência, economicidade e seleção da proposta mais vantajosa previstos na Lei 14.133/2021.

## **4. REQUISITOS DA CONTRATAÇÃO**

### **4.1 Sustentabilidade**

**4.1.1.** Além dos critérios de sustentabilidade eventualmente inseridos na descrição do objeto, devem ser atendidos os seguintes requisitos que se baseiam no Guia Nacional de Contratações Sustentáveis: Financeiro e Social.

#### **4.1.2. Sobre a Sustentabilidade Financeira:**

**4.1.2.1.** A contratação de serviços de captura, transmissão, processamento e liquidação de transações eletrônicas envolve o uso de infraestrutura tecnológica (servidores, datacenters, terminais POS/POC, bobinas de papel, sistemas digitais) que pode gerar **impactos ambientais diretos e indiretos**.

#### **4.1.2.2. Entre os principais impactos ambientais identificados, destacam-se:**

a) Uso de papel em comprovantes de transações: ainda que a tendência seja a digitalização, algumas operações podem demandar impressão em bobinas de papel térmico.

· Medidas mitigadoras: priorização de comprovantes digitais via e-mail/SMS, utilização de bobinas recicláveis e biodegradáveis quando o uso físico for indispensável.

b) A contratada será responsável pela destinação das peças substituídas ou demais consumíveis decorrentes da prestação dos serviços, observadas as disposições previstas na Lei Federal nº 12.305, de 02 de agosto de 2010, que institui a Política Nacional de Resíduos Sólidos, devendo, quando solicitado pelo Órgão Fiscal, apresentar a comprovação dos procedimentos alinhados aos dispositivos normativos em vigor.

c) Consumo de recursos naturais em processos administrativos: documentação e relatórios impressos podem contribuir para desperdício de papel e insumos.

· Medidas mitigadoras: adoção integral de documentação e relatórios digitais, salvo quando expressamente exigido em meio físico.

d) Com a implementação dessas medidas, espera-se **minimizar os impactos ambientais da contratação**, promovendo práticas sustentáveis alinhadas ao Decreto nº 7.746/2012 e às diretrizes de responsabilidade socioambiental do Banco Central do Brasil (Resolução CMN nº 4.945/2021).

#### **4.1.3. Sobre a Sustentabilidade Social:**

**4.1.3.1.** Em atenção do disposto no inciso XXXIII do art. 7º da Constituição Federal, a licitante deverá comprovar não possuir funcionários menores de 18 (dezoito) anos em qualquer trabalho noturno, perigoso ou insalubre, e, menores de 16 (dezesesseis) anos em qualquer tipo de trabalho, salvo na condição de aprendiz.

### **4.2 Subcontratação**

**4.2.1.** Não é admitida a subcontratação do objeto contratual.

### **4.3 Garantia Contratual**

**4.3.1.** Caberá à contratada apresentar garantia contratual no montante de 5% (cinco por cento) sobre o

valor estimado. A contratada deverá optar por um a das seguintes modalidades, nos termos do art. 96 de Lei 14.133/2021:

- a) Caução em dinheiro ou títulos da dívida pública;
- b) Seguro-garantia;
- c) Fiança bancária;
- d) Título de capitalização.

**4.3.1.1.** O prazo para apresentação da garantia será de 10 (dez) dias úteis a contar da publicação do contrato no Diário da Justiça Eletrônico.

#### **4.4. Indicação e/ou Vedação de Marca/Modelo/Produto**

**4.4.1.** O disposto neste item não se aplica a contratação descrito neste Termo de Referência.

### **5. MODELO DE EXECUÇÃO DO OBJETO**

#### **5.1. Condições de Execução**

**5.1.1.** Na execução do serviço, deve a contratada observar o seguinte:

- a) A critério da contratada, os débitos a serem negociados poderão ser parcelados em mais de 12 (doze) parcelas, desde que mantidas as taxas contratadas no item 4 da planilha do subitem 1.1;
- b) A plataforma de pagamento e-commerce deverá possibilitar a integração com os sistemas internos da EMERJ. Integração deverá ocorrer preferencialmente por API REST, com suporte opcional a WebService (SOAP) apenas quando tecnicamente justificado, utilizando todos os protocolos de segurança atualizados e definidos, de modo a viabilizar a captura das informações para o pagamento de envio da confirmação do pagamento realizado;
- c) As transações deverão ter ferramenta de confirmação de autenticidade, de modo a evitar a contestação do titular do cartão e a devolução de valores.
- d) As transações devem ser realizadas por meio do padrão de autenticação 3D Secure, versão 2. **0 (EMV 3-D Secure) ou superior** suportado, como o Verified by Visa e o Mastercard SecureCode, de modo a exigir a autenticação pelo banco emissor do cartão de crédito, afastando o tipo de transação denominada CNP (Card No Present) e, conseqüentemente, reduzindo a possibilidade de contestação do titular do cartão;
- e) Cada transação deverá gerar um número único de identificação, de modo a integrar-se com o sistema origem;
- f) A Contratada deverá disponibilizar ambiente de consulta e integração para auxiliar na conciliação das transações realizadas;
- g) Na hipótese de **antecipação de recebíveis** solicitada pela Contratante, o crédito dos valores — já líquidos das taxas MDR e de antecipação — será efetuado no domicílio bancário indicado pela EMERJ em **até 1 (um) dia útil** após a confirmação da transação, independentemente do número de parcelas pactuadas no ato da venda."
- h) O serviço de solução de pagamento deverá estar disponível em 24 (vinte e quatro) horas por dia e 7 (sete) dias por semana, durante toda a vigência do contrato;

i) Caso haja indisponibilidade do serviço prestado, a Contratada deverá garantir a máxima disponibilidade do serviço de intermediação de pagamentos, sendo-lhe obrigatório:

i.1) Disponibilidade Mínima (SLA): Manter a Disponibilidade Mensal do Serviço (Uptime) em, no mínimo, 99,7% durante o horário útil (08h00 às 19h00, de segunda a sexta-feira)

i.2) Tempo Máximo de Reparo (TMR): Em caso de indisponibilidade (interrupção total ou parcial do serviço), a Contratada deverá proceder com o restabelecimento integral do serviço no prazo máximo de 4 (quatro) horas, contadas a partir da comunicação oficial realizada pela EMERJ, por meio do canal de contato definido no contrato.

i.3) Registro: Toda indisponibilidade e o respectivo tempo de restabelecimento deverão ser registrados em relatório mensal para fins de aferição do INS e aplicação da Glosa, se for o caso, conforme estabelecido no item 7.3 deste TR.

j) O sistema da contratada deverá disponibilizar, imediatamente após concluída a transação, um comprovante de pagamento em formato PDF;

k) A contratada deverá disponibilizar carga de arquivos com todas as informações pertinentes à transação, quitação, compensação e liquidação dos débitos;

l) O sistema da contratada deverá disponibilizar relatório de Chargeback com informações de nº da transação, data do estorno, valor da operação, data da compensação, dados da conta;

m) Em caso de substituição de fornecedor, será exigido plano de migração detalhado, com período mínimo de operação paralela de 30 dias;

n) Em caso de substituição de fornecedor, será exigido exportação completa do histórico transacional em formato aberto (CSV/XML/JSON);

o) Em caso de substituição do fornecedor, será exigido apoio técnico integral à equipe da EMERJ durante a transição;

p) Em caso de substituição do fornecedor, será exigido garantia de interoperabilidade para continuidade dos serviços;

q) A contratada deverá disponibilizar à contratante a opção de antecipação dos valores a receber decorrentes de transações realizadas com cartões de crédito, mediante solicitação expressa da contratante;

r) A antecipação ocorrerá mediante a aplicação de taxa de desconto percentual (MDR) sobre o valor antecipado, informada de forma clara e objetiva na proposta comercial apresentada pela contratada, sendo vedada a cobrança de quaisquer encargos adicionais não previsto contrato

s) A utilização da modalidade de antecipação de recebíveis será facultativa e exclusiva da contratante, não havendo obrigatoriedade de sua adoção em todas as transações processadas pela contratada;

t) A antecipação de recebíveis não implicará em operação de crédito, mas em mera alteração da temporalidade do repasse contratual, permanecendo inalterada a natureza da receita percebida pela contratante, descontada a taxa MDR de antecipação;

u) A contratada deverá disponibilizar relatórios eletrônicos contendo: valor bruto das transações realizadas, a taxa aplicada à operação de antecipação, valor líquido efetivamente creditado e o prazo em que a

operação foi liquidada;

v) É responsabilidade da contratada a adoção das melhores práticas e tecnologias de mercado objetivando evitar a ocorrência de transações em duplicidade.

### **5.1.2. Requisitos técnicos**

- a) Integração deverá ocorrer preferencialmente por API REST, com suporte opcional a WebService (SOAP) apenas quando tecnicamente justificado, além de documentação técnica e ambiente de homologação;
- b) Alta disponibilidade, com SLA de 99,5% ou superior;
- c) Escalabilidade para picos de transações;
- d) Trilhas de auditoria com retenção mínima de 5 anos;
- e) O sistema administrativo ou o portal administrativo deverá disponibilizar as seguintes funcionalidades:
  - e.1) Relatórios em tempo real, ou seja, deverá ser informado o tipo de transação e demais informações sobre a transação imediatamente após ter sido ela concluída;
  - e.2) Conciliação bancária e registro de baixas;
  - e.3) Exportação de dados em formatos abertos e amplamente utilizados, como CSV, XML, XLSX, PDF e JSON;

### **5.1.3. Requisitos de segurança**

- a) Certificação PCI-DSS nível 1 válida e certificação das bandeiras;
- b) Registro como instituição de pagamento junto ao Banco Central (Lei nº 12.865/2013; Resoluções BCB nº 80/2021 e nº 150/2021);
- c) Criptografia fim a fim, tokenização de dados sensíveis e antifraude em tempo real;
- d) Autenticação multifator em acessos administrativos;
- e) Realização anual de testes de vulnerabilidade e conformidade com a LGPD (Lei nº 13.709/2018).
- f) As transações que envolvam cartões de crédito devem suportar e utilizar o padrão de autenticação **3D Secure versão 2.0 (EMV 3-D Secure) ou superior.**

### **5.1.4. Requisitos Operacionais**

- a) Liquidação financeira em prazo máximo de D+30, com opção de antecipação de recebíveis;
- b) Disponibilizar terminais POS/POC com suporte a EMV chip & PIN, NFC/contactless, conectividade Ethernet/Wi-Fi/3G/4G, impressão de comprovante quando estritamente necessário e suporte a PIX via QR estático/dinâmico.
- c) Deverá realizar instalação, ativação, manutenção preventiva/corretiva e substituição sem ônus adicional, bem como reposições de insumos quando aplicável. O dimensionamento inicial e eventuais ampliações serão definidos pela EMERJ, com atendimento em até 5 dias úteis após solicitação;
- d) Integração automatizada com os sistemas contábeis e corporativos da EMERJ, garantindo a interoperabilidade, consistência e atualização em tempo real das informações;
- e) A contratada será responsável pela disponibilização, manutenção e custeio integral da infraestrutura tecnológica necessária à execução dos serviços, incluindo servidores, datacenter em nuvem, recursos de armazenamento, processamento, banco de dados, licenciamento e conectividade.
- f) Todos os custos relativos à infraestrutura em nuvem são de responsabilidade exclusiva da contratada, não cabendo qualquer ônus adicional à EMERJ.
- g) Gestão estruturada de chargebacks com prazo máximo de resposta de 15 dias;
- h) Central de atendimento, suporte técnico em horário comercial e gestor de conta dedicado; Treinamento inicial e atualização periódica para a equipe da EMERJ.

## **5.2. Local da Prestação dos Serviços**

**5.2.1.** Rua Dom Manuel, 25 - sala 412 - Centro – RJ (Divisão de Finanças).

### 5.3. Materiais/Equipamentos/Outros a serem disponibilizados

**5.3.1.** Também conhecidas popularmente como “maquininha de cartão”, os Terminais Físicos” são soluções tecnológicas responsáveis pelo processamento das transações financeiras por cartões de créditos, tanto nas operações de débito, crédito ou mesmo créditos parcelados.

**5.3.2.** Estes terminais farão a intermediação dos pagamentos oriundos dos atendimentos presenciais da EMERJ, levando os dados de pagamentos e do cartão do cliente até as operadoras de cartões ou financeiras. Recebendo como retorno, a aprovação ou a negativa do pagamento por parte das operadoras ou financeiras.

**5.3.3.** Os equipamentos devem possuir displays coloridos:

- a) Interface USB;
- b) Bluetooth;
- c) Memória flash interna;
- d) Dual Chip;
- e) Conexão Wi-Fi.

**5.3.4.** O equipamento deve possuir bateria própria, de modo, que possa ser operado sem a necessidade de estar conectado a fios de qualquer natureza, sendo utilizado fios apenas para o carregamento da sua bateria.

**5.3.5.** A contratada deverá fornecer à EMERJ todos os insumos necessários para a boa operação dos terminais, como por exemplo, as bobinas e carregador para a bateria dos terminais. A periodicidade do fornecimento deve atender **solicitação formal** do Fiscal do Contrato ou da Unidade Requisitante e/ou reposição periódica ou preventiva definida pela contratada.

#### 5.3.6 Manutenção:

**5.3.6.1.** A CONTRATADA deve responsabilizar-se pela manutenção dos terminais e do e-commerce, bem como assistência técnica, sem ônus adicional à EMERJ;

**5.3.6.2.** Nos casos em que os reparos e/ou consertos não possam ser realizados nas dependências da EMERJ, os terminais com defeito deverão ser retirados no prazo máximo de 24 (vinte e quatro) horas e na mesma ocasião devem ser substituídos por outro similar, que ali permanecerá até o retorno do terminal devidamente consertado e em funcionamento.

**5.3.7.** Os equipamentos utilizados para emissão dos comprovantes das transações financeiras devem possuir recursos que permitam a geração desses comprovantes, preferencialmente em formato digital ou, quando necessário, impresso.

**5.3.8.** Caso haja aumento da demanda, necessidade de manutenção ou solicitação formal da Contratante, a Contratada deverá disponibilizar terminais adicionais no prazo máximo de 5 dias úteis, mantidas as condições pactuadas no contrato.

**5.3.9.** Não serão admitidas cobranças adicionais pelo uso de qualquer solução tecnológica disponibilizada pela Contratada, bem como pela utilização de terminais de pagamento, que deverão ser fornecidos em regime de comodato, com custos de fornecimentos e manutenção integralmente suportados pela Contratada.

### 5.4. Especificação da garantia do serviço (art. 40, §1º, inciso III, da Lei nº 14.133/2021)

**5.4.1** O prazo de garantia dos serviços é aquele estabelecido na Lei nº 8.078, de 11 de setembro de 1990 (Código de Defesa do Consumidor).

### 5.5. Obrigações do Contratante

**5.5.1.** Prover as informações necessárias para que a Contratada possa dar andamento as suas atividades.

**5.5.2.** Permitir ao pessoal técnico da Contratada, desde que identificado e incluído na relação de técnicos autorizados, o acesso às dependências do Contratante, respeitadas as normas de segurança vigentes, se for o caso.

**5.5.3.** Exercer a ampla fiscalização sobre os serviços executados pela Contratada, exigindo o fiel cumprimento de todas as obrigações assumidas por esta, de acordo com as cláusulas contratuais e os termos de sua proposta.

**5.5.4.** Sempre que necessário, solicitar relatório atualizado da prestação do serviço, que será elaborado pela Contratada sem qualquer ônus adicional para o Contratante.

**5.5.5.** Exigir o cumprimento de todas as obrigações assumidas pela contratadas, de acordo com as cláusulas contratuais e os termos de sua proposta.

**5.5.6.** Exercer o acompanhamento e a fiscalização dos serviços, por gestor ou fiscal especialmente nomeado, anotando em registro próprio as falhas detectadas, indicando dia, mês e ano, bem como o nome dos empregados eventualmente envolvidos, e encaminhando os apontamentos à autoridade competente para as providências cabíveis.

**5.5.7.** Notificar a contratada por escrito da ocorrência de eventuais imperfeições no curso da execução dos serviços, fixando prazo para a sua correção.

**5.5.8.** Controlar e acompanhar toda a execução do contrato.

**5.5.9.** Elaborar o plano de trabalho de integração para a integração dos sistemas da EMERJ com o serviço contratado.

## **5.6. Obrigações da Contratada**

**5.6.1.** Executar os serviços conforme especificações deste termo de referência e de sua proposta, com os recursos necessários ao perfeito cumprimento das cláusulas contratuais.

**5.6.2.** Manter durante a vigência contratual informações atualizadas quanto ao endereço, razão social e contatos, assim como todas as condições de habilitação e qualificação exigidas no termo de referência.

**5.6.3.** Apresentar relação identificando os técnicos autorizados para o acesso às dependências do Contratante, devendo ser comunicado eventual substituição dos técnicos, no prazo máximo de 48 horas.

**5.6.4.** Aceitar, nas mesmas condições contratuais, os acréscimos ou supressões que se fizerem necessários, no montante de até 25% (vinte e cinco por cento) do valor inicialmente contratado, nos termos do art. 125 da Lei Federal nº. 14.133/2021.

**5.6.5.** Reparar, corrigir, remover ou substituir, às suas expensas, no total ou em parte, no prazo fixado neste termo de referência ou pelo fiscal do contrato, os serviços prestados em que se verificarem vícios ou incorreções, inclusive após o recebimento definitivo do objeto.

**5.6.6.** Responsabilizar-se por quaisquer danos ou prejuízos causados à Contratante, em decorrência da execução do contrato, incluindo os danos causados a terceiros, a qualquer título.

**5.6.7.** Comunicar ao fiscal do contrato, no prazo de 24 (vinte e quatro) horas, qualquer ocorrência anormal ou acidente que se verifique no local da prestação dos serviços.



**5.6.8.** Prestar, por escrito, todos os esclarecimentos e apresentar documentos relativos à execução dos serviços solicitados pelo Contratante, assim como comunicar quaisquer irregularidades detectadas durante a execução dos serviços, ao Fiscal do Contrato, não sendo consideradas alegações, solicitações ou declarações verbais.

**5.6.9.** Manter sigilo sobre todo e qualquer assunto concernente ao Contratante ou a terceiros, de que tomar conhecimento em razão da execução do contrato, sob pena de rescisão contratual, responsabilidade civil, penal e administrativa, no caso de divulgação ou fornecimento de dados e informações obtidas, devendo orientar os seus profissionais nesse sentido.

**5.6.10.** A Contratada não poderá se valer do contrato para assumir obrigações perante terceiros, dando-o como garantia, nem utilizar os direitos de crédito a serem auferidos em função dos serviços prestados, em quaisquer operações de desconto bancário, sem prévia autorização do Contratante.

**5.6.11.** Realizar a transição contratual com transferência de conhecimento, tecnologia e técnicas empregadas, sem perda de informações, inclusive com a capacitação dos técnicos do Contratante ou da nova empresa que continuará a execução dos serviços.

**5.6.12.** Comunicar-se com a contratante sempre por meio escrito, preferencialmente por correio eletrônico, sendo permitida a comunicação via internet, telefone, WhatsApp Business ou outra forma disponível.

**5.6.13.** Disponibilizar serviço de plantão 24 (vinte e quatro) horas, por meio de telefone, ou outra forma de comunicação por ela indicada, possibilitando a efetiva solução para eventuais problemas decorrentes da prestação de serviços, assim como dar suporte a atendimentos emergenciais que extrapolem os dias/horários determinados gestor de conta dedicado e SLA de atendimento previamente definido.

**5.6.14.** A contratada deverá oferecer treinamento inicial e capacitação periódica à equipe da EMERJ, bem como manutenção preventiva e corretiva de eventuais equipamentos fornecidos em comodato, sem ônus adicional.

**5.6.15.** Indicar preposto, e seu respectivo contato telefônico e e-mail. O preposto terá autonomia de gestão e responsabilidades sobre todo o processo de serviços contemplados neste documento de referência.

**5.6.16.** Executar os serviços conforme especificações deste termo de referência e de sua proposta necessários ao perfeito cumprimento das cláusulas contratuais, além de fornecer os materiais e equipamentos, ferramentas e utensílios necessários, na qualidade e na quantidade especificadas no termo de referência e em sua proposta;

**5.6.17.** Arcar com o ônus decorrente de eventual equívoco no dimensionamento dos quantitativos de sua proposta, devendo complementá-los caso o previsto inicialmente em sua proposta não seja satisfatório para o atendimento ao objeto da licitação;

**5.6.18.** Estar em plena conformidade com os padrões PCI-DSS (Payment Card Industry Data Security Standards), Padrão de Segurança de Dados da Indústria de Cartões de Pagamento.

**5.6.19.** Garantir a integração total com os sistemas da EMERJ.

**5.6.20.** Comunicar ao fiscal do contrato, no prazo de 24 (vinte e quatro) horas, qualquer alteração, melhoria e/ou aperfeiçoamento do sistema/software utilizado pela contratada, para que a EMERJ faça a devida integração/adaptação de modo a manter a qualidade e efetividade da prestação dos serviços.

**5.6.21.** A contratada deverá comprovar conformidade com as normas nacionais e internacionais aplicáveis, incluindo certificação PCI-DSS, registro no Banco Central do Brasil, tokenização de dados, criptografia ponta a ponta, antifraude em tempo real, autenticação multifator em acessos administrativos e adequação integral à Lei Geral de Proteção de Dados – LGPD.

**5.6.22.** Disponibilizar canal de atendimento preferencial (e-mail e telefone), além dos serviços de suporte, para esclarecimentos de dúvidas e resolução de problemas relacionados às transações financeiras;

**5.6.23.** Garantir as atualizações das versões dos equipamentos ou quando não for possível devido à problemas de compatibilidade, efetuar a troca por novo terminal com firmware atualizado, de maneira a evitar a recusa nas transações de cartões de créditos, objeto da presente contratação;

**5.6.24.** Caso haja aumento da demanda, necessidade de manutenção ou solicitação formal da Contratante, a Contratada deverá disponibilizar terminais adicionais no prazo máximo de 5 dias úteis, mantidas as condições pactuadas no contrato.

## **6. MODELO DE GESTÃO DO CONTRATO**

**6.1.** O contrato deverá ser executado fielmente pelas partes, de acordo com as cláusulas avençadas e as normas da Lei nº 14.133, de 2021, e cada parte responderá pelas consequências de sua inexecução total ou parcial.

**6.2.** As comunicações entre o Contratante e a Contratada devem ser realizadas por escrito sempre que o ato exigir tal formalidade, admitindo-se, para esse fim, o uso de mensagem eletrônica. Sem prejuízo dessas formas, poderá ser realizado contato também por meio de número de telefone fornecido pelas partes.

**6.3.** O Contratante poderá convocar representante da empresa para adoção de providências que devam ser cumpridas de imediato.

**6.4.** Após a assinatura do contrato, o Contratante poderá convocar a Contratada para reunião inicial, objetivando prestar os esclarecimentos necessários sobre assuntos relativos às questões operacionais, administrativas e de fiscalização do contrato, dentre outros.

**6.5.** A Contratada deverá indicar preposto, com capacidade gerencial para representá-la perante o Contratante, com disponibilidade e pronto atendimento, estando autorizado a tratar a respeito de todos os aspectos que envolvam a execução do contrato, nos termos do artigo 118 da Lei 14.133/21.

**6.5.1.** A indicação do preposto deverá ser formal, em documento no qual conste nome, endereço eletrônico, telefones fixo e celular, devendo ser este entregue na reunião inaugural.

**6.5.2.** A indicação ou a manutenção do preposto da empresa poderá ser recusada pelo Contratante, desde que devidamente justificada, devendo a Contratada designar outro para o exercício da atividade.

**6.6.** O gestor do contrato, representante da unidade requisitante, assim como seu substituto, acompanhará a contratação em todas as suas fases, do planejamento à execução do contrato e coordenará as atividades relacionadas à sua fiscalização.

**6.7.** A execução do contrato deverá ser acompanhada e fiscalizada pelo(s) fiscal(is) do contrato, ou pelos respectivos substitutos, nos termos do artigo 117 da Lei nº 14.133.

**6.7.1.** O fiscal promoverá a fiscalização do contrato, sob os aspectos quantitativos e qualitativos, anotando em registro próprio as falhas detectadas e exigindo as medidas corretivas necessárias, bem como acompanhará o desenvolvimento do contrato, conferindo os serviços executados e atestando os documentos pertinentes, podendo ainda sustar, recusar, mandar fazer ou desfazer qualquer procedimento que não esteja de acordo com os termos contratuais.

**6.8.** Identificada qualquer inexatidão ou irregularidade, o fiscal do contrato emitirá notificações à Contratada para a correção da execução do contrato, determinando prazo para a correção.

**6.9.** O fiscal informará ao gestor do contrato, em tempo hábil, a situação que demandar decisão ou adoção de medidas que ultrapassem sua competência, para que adote as medidas necessárias e saneadoras, se for o caso.

**6.10.** No caso de ocorrências que possam inviabilizar a execução do contrato nas datas aprazadas, o fiscal do contrato comunicará o fato imediatamente ao gestor do contrato.

**6.11.** O gestor do contrato acompanhará os registros realizados pelos fiscais, de todas as ocorrências relacionadas à execução do contrato e as medidas adotadas, informando, se for o caso, à autoridade superior àquelas que ultrapassarem a sua competência.

**6.12.** O fiscal do contrato comunicará ao gestor, em tempo hábil, o término do contrato sob sua responsabilidade, com vistas à tempestiva renovação ou à prorrogação contratual.

**6.13.** Eventual ação ou omissão, total ou parcial, da fiscalização pelo Contratante, não eximirá a Contratada de total responsabilidade quanto ao cumprimento das obrigações pactuadas.

**6.14.** Após a disponibilização do serviço pela contratada, devidamente homologado, a mesma ficará responsável pela identificação de incidentes que necessitem de manutenção técnica e de indisponibilidades que inviabilizam o uso. A contratada ficará responsável em informar o prazo de restabelecimento dos serviços para a contratante pelo canal de comunicação a ser estabelecido juntamente com a informação do que ocasionou o incidente.

**6.15.** Para o devido acompanhamento e fiscalização, a contratada deverá disponibilizar ambiente de consulta e integração para auxiliar na conciliação das transações realizadas.

#### **6.16. Da rescisão contratual**

**6.16.1.** Aplicam-se as hipóteses dos arts. 137 a 139 da Lei 14.133/2021: rescisão **unilateral** pela Administração nas hipóteses legais, **amigável** por acordo entre as partes, e **judicial**; com observância das penalidades cabíveis e indenizações quando devidas.

### **7. CRITÉRIOS DE MEDIÇÃO E DE PAGAMENTO**

**7.1.** Os critérios de medição e de pagamento são fundamentais para estabelecer parâmetros claros que orientem o acompanhamento do cumprimento das obrigações contratuais e a determinação dos valores a serem pagos.

#### **7.2. Dos Repasses:**

**7.2.1.** A CONTRATADA fará o repasse das transações, realizadas na modalidade de Cartão de Débito e Crédito, que tramitem e forem devidamente autorizadas, já descontando as Taxas de Administração, conforme percentual acordado entre as partes;

**7.2.2.** O repasse deve ser efetuado conforme cada negociação realizada, descrita nos seguintes formatos:

**7.2.2.1.** Transações de recebimento por Débito: o repasse deve ocorrer no dia útil seguinte à data da transação descontando as taxas negociadas;

**7.2.2.2.** Transações de recebimento por Crédito: o repasse deve ocorrer até 30 (D+30) dias após a data da transação descontando as taxas negociadas;

**7.2.2.3.** Transações por Crédito Parcelado: o repasse da primeira parcela deve ocorrer 30 (D+30) dias após

a data da transação, descontando as taxas negociadas. Para as parcelas seguintes deve ser seguida a mesma regra, devendo ser pagas 30 (trinta) dias após o pagamento da parcela anterior.

**7.2.3.** O repasse deverá ser realizado por depósito, diretamente na conta bancária da EMERJ, conforme dados bancários a serem disponibilizados no instrumento contratual ou por qualquer outro meio oficial.

**7.2.4.** A CONTRATADA deverá garantir pelos pagamentos efetuados pelos portadores de Cartões de Crédito e/ou Débito e capturados pelo Sistema da CONTRATADA, no prazo convencionado no presente instrumento, assumindo o risco de crédito nas transações efetuadas nesta respectiva modalidade.

**7.2.5.** A CONTRATADA administrará o repasse das transações negociadas, na modalidade de recebimento por cartão de crédito e débito, transmitidas pelos sistemas da EMERJ, fornecendo todo o suporte necessário para o bom funcionamento do objeto desta licitação.

**7.2.6.** A CONTRATADA terá a obrigação da conciliação e repasse ao CONTRATANTE do valor negociado nas transações comerciais realizadas na modalidade de recebimento por cartão de débito e crédito, já descontando as Taxas de Administração, conforme percentual acordado.

**7.2.7.** A CONTRATADA será responsável pela emissão, geração e transmissão de arquivos eletrônicos às transações realizadas, através da modalidade de recebimento por cartão de débito ou crédito.

**7.2.8.** Deverá também promover a captura, roteamento, transmissão e processamento das transações comerciais efetuadas pelo CONTRATANTE através de Cartões de Crédito/Débito em sua Unidade.

### **7.3. Níveis Mínimos de Serviço e Instrumento de Medição de Resultados:**

**7.3.1.** A fim de garantir a continuidade da execução dos serviços, são estabelecidos padrões de desempenho aceitáveis, que servirão de base para o ajuste do pagamento devido à contratada sempre que a qualidade ou disponibilidade do serviço for inferior à pactuada.

**7.3.2.** Exigência do subitem 5.1.1, alínea i.1 é o principal indicador de desempenho da contratação, e é calculado da seguinte forma:

$$IDS = [(HUT - HI)/HUT]*100$$

Onde:

HUT: Horas Úteis no Mês: O total de horas ÚTEIS do mês civil corrente.

HI: Horas de Indisponibilidade: O tempo total de horas úteis em que o sistema esteve inacessível para o usuário final ou incapaz de processar transações (autorização/captura).

**7.3.3.** Não serão computadas como horas de indisponibilidade (HI), para fins de aplicação de glosa, as interrupções decorrentes de:

a) Manutenções Programadas: Desde que solicitadas com antecedência mínima de 72 horas e realizadas em janelas de baixo tráfego, aprovadas pela Fiscalização;

b) Falhas de Infraestrutura da CONTRATANTE: Interrupções causadas exclusivamente por falhas no link de internet ou hardware da EMERJ.

c) Caso Fortuito ou Força Maior: Eventos imprevisíveis e alheios ao controle da CONTRATADA, devidamente comprovados.

d) Fatos de Terceiros: Indisponibilidade nas redes das bandeiras de cartão ou sistemas bancários centrais, desde que a falha seja generalizada e não restrita à plataforma da CONTRATADA.

**7.3.4.** O pagamento da CONTRATADA dar-se-á pela retenção das taxas de operação (MDR). Caso a meta de disponibilidade não seja atingida, serão aplicados descontos (glosas) sobre o valor total arrecadado pela CONTRATADA a título de MDR no mês de apuração:

Disponibilidade Mensal (IDS)	Classificação	Glosa (Desconto sobre o MDR Total)
≥ 99,7%	Meta Atendida	0% (Pagamento Integral)
99,0% a 99,69%	Nível Alerta	0,5% de glosa sobre o MDR
97,0% a 98,99%	Nível Insuficiente	1% de glosa sobre o MDR

**7.3.5.** Até o 5º dia útil do mês subsequente, a CONTRATADA deverá apresentar relatório que detalhe o IDS e o extrato de MDR consolidado.

**7.3.5.1.** O relatório deverá ser apresentado em arquivo e formato portátil (.pdf), e detalhar os horários em que os serviços ficaram indisponíveis para fins de aferição do indicador de nível mínimo de serviço (INS), bem como da análise da interoperabilidade dos sistemas visando o enquadramento das opções contidas no item 7.3.3.

**7.3.5.2.** A Fiscalização da EMERJ terá 05 dias úteis para validar os dados com os registros de incidentes e logs do servidor.

**7.3.5.3.** Uma vez apurado o descumprimento do IDS, a CONTRATADA deverá realizar o repasse do MDR já deduzido o valor da glosa em favor da EMERJ, sob pena de retenção de pagamentos futuros e aplicação de penalidades.

**7.3.5.4.** Cabe à CONTRATADA apresentar, juntamente ao relatório, os documentos que comprovem alguma das situações do subitem 7.3.3.

**7.3.6.** A reiteração no descumprimento do IDS ensejará a abertura de processo administrativo para apuração da falta e eventual fixação de sanção, nas seguintes hipóteses:

- a) Quando o IDS for inferior a 96,99% em um único mês.
- b) Quando a CONTRATADA não atingir a meta (IDS ≥ 99,7%) por 03 (três) meses consecutivos ou 05 (cinco) meses intercalados em um período de 12 meses.
- c) Indisponibilidade contínua superior a 04 horas sem a ativação de planos de contingência, independentemente do IDS final do mês.

## **8. FORMA E CRITÉRIOS DE SELEÇÃO DO FORNECEDOR**

### **8.1. Forma de Seleção e Critério de Julgamento da Proposta**

**8.1.1.** O fornecedor será selecionado por meio da realização de procedimento de licitação, na modalidade pregão eletrônico, adotando-se o **critério de julgamento pelo MENOR PREÇO GLOBAL**, na forma do art. 33, inciso I, da Lei nº 14.133/2021.

**8.1.1.1.** O julgamento será realizado com base no MENOR PREÇO GLOBAL DO LOTE ÚNICO, entendido como o menor “VALOR TOTAL ESTIMADO A SER PAGO NO LOTE ÚNICO” indicado no Anexo II – Modelo de Proposta Comercial do Edital, apurado a partir das estimativas de arrecadação constantes do item 1.1 deste Termo de Referência e das taxas de administração ofertadas pelos licitantes.

## **8.1.2. DA PROPOSTA**

**8.1.2.1.** A proposta deverá obedecer, obrigatoriamente, ao modelo no Anexo II – modelo de proposta comercial, que integra o Edital e será utilizado como base de cálculo do menor preço global do Lote Único.

**8.1.2.2.** Para cada item do Lote Único, o licitante indicará a taxa de administração percentual (%) ofertada, com até duas casas decimais, na coluna “Taxa de Administração ofertada (%) (B)” do Anexo II do Edital, vedada a apresentação de taxa negativa.

**8.1.2.3.** Para fins de apuração do valor estimado a ser pago por item, será considerado o produto da multiplicação do valor de arrecadação estimado (coluna “Valor arrecadação estimado (R\$) (A)”, já preenchida pela EMERJ) pela taxa de administração ofertada (coluna “(B)”), resultando na coluna “Valor estimado a ser pago (R\$) (AxB)” do Anexo II do Edital.

**8.1.2.4.** O preço global da proposta corresponderá ao “VALOR TOTAL ESTIMADO A SER PAGO NO LOTE ÚNICO (SOMA DOS ITENS 1 A 5)”, apurado na forma do Anexo II do Edital, o qual será utilizado para efeito de classificação, julgamento, negociação e adjudicação, observado o valor máximo estimado para a contratação.

**8.1.2.5.** O valor total da proposta deverá ser menor ou igual ao valor máximo estimado para a contratação do Lote Único, nos termos deste Termo de Referência, sob pena de desclassificação.

**8.1.2.6.** A melhor proposta será aquela que apresentar o menor “VALOR TOTAL ESTIMADO A SER PAGO NO LOTE ÚNICO (SOMA DOS ITENS 1 A 5)” indicado no Anexo II do Edital, observado o limite máximo aceitável para a contratação e as demais condições estabelecidas neste Termo de Referência e no edital.

**8.1.3.** A Taxa de Administração será expressa em percentual (%) e não poderá ser negativa, podendo ser igual a zero ou positiva.

**8.1.4.** As regras de desempate entre propostas são as previstas no edital.

**8.1.5.** A proposta final (taxas percentuais e valores) deverá ser apresentada com no máximo duas casas decimais após a vírgula (0,00), devendo ser idêntica à proposta registrada no sistema Compras.gov.br.

**8.1.6.** A licitante com a proposta mais bem classificada deverá encaminhar a proposta ajustada ao último lance, de acordo com o modelo constante do Anexo II, no prazo e forma definidos no edital.

**8.1.7.** O critério de aceitabilidade será o do preço máximo total do Lote Único, sendo desclassificada a proposta que o ultrapassar, bem como aquela que ultrapassar eventual valor máximo estabelecido para qualquer dos itens que o compõem, quando houver tal limitação.

**8.1.8.** Na hipótese de algum item encontrar-se acima do valor unitário estimado pela Administração, a licitante poderá readequá-lo para fins de negociação, com a consequente redução no valor global de sua proposta, sob pena de desclassificação, conforme regras previstas no edital.

**8.1.9.** As demais regras aplicáveis à seleção do fornecedor, incluindo modo de disputa, prazos e procedimentos, constam do edital e deverão ser observadas em conjunto com este Termo de Referência.

### **Regime de execução**

**8.2.** A presente contratação adotará como regime de execução a empreitada por preço unitário.

### **8.3. Consórcio**

**8.3.1.** Não será admitida a participação de pessoas jurídicas reunidas em consórcio, qualquer que seja sua

forma de constituição, por tratar-se de objeto de escopo único e indivisível, cuja execução não exija a atuação conjunta de diferentes especialidades empresariais.

### **8.3. Cooperativas**

**8.3.1.** Não será admitida a participação de cooperativas de serviço, uma vez que o presente contrato não admite execução de forma autônoma entre os cooperados ou gestão de cadeia em rodízio.

### **8.4. Exigências de Habilitação**

**8.4.1.** Para fins de habilitação, deverá o licitante comprovar os seguintes requisitos:

#### **8.4.1.1. Habilitação Jurídica**

**8.4.1.1.1.** As condições de habilitação jurídica têm previsão no edital, conforme art. 65 da Lei Federal nº 14.133/21.

#### **8.4.1.2. Habilitação Fiscal, Social e Trabalhista**

**8.4.1.2.1.** As condições de habilitação fiscal, social e trabalhista têm previsão no edital, conforme art. 65 da Lei Federal nº 14.133/21.

#### **8.4.1.3. Habilitação Técnica**

**8.4.1.3.1.** Para fins de habilitação técnica, o licitante deverá apresentar a seguinte documentação:

##### **a) Técnico-Operacional**

**a.1)** Documento que comprove ter aderido e estar cumprindo as regras determinadas pelas bandeiras de cartão de crédito Visa, MasterCard e Elo, mediante instrumento de contrato VIGENTE de participação nos arranjos de pagamento, firmado com bandeiras de cartão de crédito ou Credenciadoras. A apresentação deste documento visa comprovar que a licitante terá condições de aceitar as bandeiras indicadas neste tópico.

**b)** Atestado(s) ou certidão(ões) emitido(s) por pessoa(s) jurídica(s) de direito público ou privado, ou documentos comprobatórios emitidos na forma do § 3º do art.88 da Lei Federal 14.133/2021, comprovando aptidão para a prestação de serviços de solução de pagamento por meio eletrônico realizado por meio de cartão de crédito e cartão de débito. A apresentação do(s) atestado(s) visa à verificação da capacidade de a empresa ter condições financeiras de suportar as operações nos montantes estimados para esta contratação.

**c)** Comprovação que executou contrato(s) de serviços de captura e processamento de pagamentos eletrônicos em características compatíveis com o objeto deste Termo de Referência. Com valor total de transações de, no mínimo, R\$ 1.982.007,36 (um milhão, novecentos e oitenta e dois mil e sete reais e trinta e seis centavos) por período não inferior a 24 (vinte e quatro) meses. O valor de referência resulta de 50% do volume total transacionado no período-base 2023–2024 conforme o item VI do ETP.

**d)** Para a comprovação do quantitativo mínimo de serviço será admitida a apresentação de diferentes atestados de serviços executados de forma concomitante no período de 24 (vinte e quatro) meses. A limitação temporal prevista fundamenta-se na necessidade de comprovação de capacidade operacional contemporânea, na constante atualização tecnológica dos sistemas de conciliação, antifraude e compliance, bem como na observância das regulamentações recentes do Banco Central do Brasil, notadamente as Resoluções BCB nº 1/2020 e nº 429/2024, e dos padrões de segurança PCI DSS (Payment Card Industry Data Security Standard).



**I** - Será admitida, para fins de comprovação de quantitativo mínimo, a apresentação e o somatório de diferentes atestados executados de forma concomitante, cujos períodos concomitantes serão computados uma única vez.

**II** - Os atestados de capacidade técnica poderão ser apresentados em nome da matriz ou da filial do licitante.

**III** - Os atestados deverão referir-se a serviços prestados no âmbito de sua atividade econômica principal ou secundária especificadas no contrato social vigente.

**IV** - O licitante disponibilizará todas as informações necessárias à comprovação da legitimidade dos atestados, apresentando, quando solicitado pela Administração, cópia do contrato que deu suporte à contratação, endereço atual do Contratante e local em que foi executado o objeto contratado, dentre outros documentos.

#### **8.4.1.4. Habilitação Econômico-financeira**

**8.4.1.4.1.** Para fins de habilitação econômico-financeira será exigido dos licitantes a certidão negativa de falência expedida pelo distribuidor da sede do prestador de serviço.

**8.4.1.4.2.,** Além das condições previstas no edital, o licitante deverá apresentar a seguinte documentação:

a) Balanço Patrimonial, demonstração de resultado de exercício e demais demonstrações contábeis dos 2 (dois) últimos exercícios sociais, apresentado na forma da lei e regulamentos na data de realização da licitação, comprovando:

a.1.) Índices de Liquidez Geral, Liquidez Corrente e Solvência Geral superiores a 1 (um), pois são os usualmente adotados para correta avaliação de situação financeira, suficiente ao cumprimento das obrigações decorrentes da licitação;

a.2.) Patrimônio Líquido mínimo de até 10% do valor estimado da contratação, sem exigência de CCL.

### **9. ESTIMATIVA DO VALOR DA CONTRATAÇÃO**

#### **9.1. Orçamento Estimado**

**9.1.1.** O valor total estimado R\$ 147.277,97 ( cento e quarenta e sete mil, duzentos e setenta e sete reais e noventa e sete centavos), foi apurado com base nas pesquisas realizadas pelo Serviço de Licitações e Contratos – SELIC, observando os critérios estabelecidos no art. 23 da Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021, bem como os procedimentos previstos na Instrução Normativa SEGES/ME nº 65, de 7 de julho de 2021

**9.1.2.** Incluem-se na estimativa de preços dos serviços: tributos, tarifas e emolumentos, encargos sociais, trabalhistas, insumos, contribuições ou obrigações decorrentes da legislação trabalhista, fiscal, previdenciária e demais custos que envolvem a prestação dos serviços.

#### **9.2. Reajustamento**

**9.2.1.** Os preços inicialmente contratados são fixos e irrevogáveis no prazo de um ano contados da data do orçamento estimado.

**9.2.2.** Após o interregno de um ano, os preços iniciais poderão ser reajustados, mediante a aplicação, pelo contratante, do Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo – IPCA, exclusivamente para as obrigações iniciadas e concluídas após a ocorrência da anualidade.



**9.2.3.** Nos reajustes subsequentes ao primeiro, o interregno mínimo de um ano será contado a partir dos efeitos financeiros do último reajuste.

**9.2.4.** O reajuste será realizado por apostilamento.

## **10. DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA**

**10.1.** As despesas decorrentes da presente contratação correrão à conta de recursos específicos consignados em dotação orçamentária própria da Escola da Magistratura do Rio de Janeiro, para o exercício de 2026.

## **11. SANÇÕES**

**11.1.** A licitante ou a Contratada será responsabilizada administrativamente pelas infrações previstas no artigo 155 da Lei Federal nº 14.133/21, sendo-lhe aplicáveis as respectivas sanções nos termos dos artigos 156 e 162 da referida lei.

**11.2.** Pelas infrações a seguir elencadas, a EMERJ aplicará as sanções de acordo com os graus, correspondências, descrições e incidências ora estabelecidas, assegurada a possibilidade de aplicação cumulativa das sanções, conforme o § 7º do art. 156 da Lei Federal nº 14.133/21.

**11.2.1.** As infrações descritas nas tabelas a seguir não são exaustivas, pelo que na hipótese de ocorrência de eventuais infrações ali não indicadas, bem como de reincidência, estas serão avaliadas pela Divisão de Contratos e Convênios do Departamento de Administração da Escola da Magistratura do Estado do Rio de Janeiro.

**11.2.1.1.** Sanções específicas para esta contratação:

**11.2.1.1.1.** Pelo descumprimento das obrigações contratuais, a Administração, na aplicação das sanções previstas no subitem acima, orientar-se-á pela gradação estabelecida nas tabelas abaixo, que trazem hipóteses de incidência de penalidades relacionadas a possíveis descumprimentos contratuais.

a) TABELA 1 – GRAU DE CORRESPONDÊNCIA DA SANÇÃO APLICÁVEL

GRAU	CORRESPONDÊNCIA
<u>Leve</u>	Advertência (nas duas primeiras infrações) Multa no percentual de até 0,5% (cinco décimos por cento), por incidência, sobre o valor do contrato licitado (a partir da terceira infração)
<u>Média</u>	Multa no percentual de 2,5 % (dois inteiros e cinco por cento), por incidência, sobre o valor do Contrato.
<u>Grave</u>	Impedimento de licitar e contratar (a depender do caso concreto) cumulada ou não com multa no percentual de até 5,0 % (cinco inteiros por cento), por incidência, sobre o valor do contrato licitado.
<u>Muito Grave</u>	Impedimento de licitar e contratar/Declaração de Inidoneidade de licitar e contratar (a depender do caso concreto) cumulada ou não com multa no percentual de até 10,0 % (dez inteiros por cento), por incidência, sobre o valor do contrato licitado.

b) TABELA 2 – DESCRIÇÃO DA INFRAÇÃO, GRAU E INCIDÊNCIA

Nº	DESCRIÇÃO DA INFRAÇÃO	GRAU	INCIDÊNCIA
----	-----------------------	------	------------

1	Deixar de comunicar ao fiscal do contrato, no prazo de 24 horas, qualquer ocorrência anormal ou acidente que se verifique no local dos serviços	Leve	Por ocorrência
2	Não atender os chamados do contratado no horário de atendimento, inclusive telefônico e on-line	Leve	Por ocorrência
3	Não restabelecer o serviço de intermediação de pagamento no prazo máximo de <b>4 (quatro) horas</b> a partir da comunicação oficial de indisponibilidade pela EMERJ.	Média	Por ocorrência
4	Atrasar a prestação de informações e esclarecimentos solicitados pela contratante.	Média	Por ocorrência
5	Deixar de manter a documentação de habilitação atualizada e regular;	Média	Por ocorrência
6	Não apresentar os documentos para pagamento ou os relatórios previstos;	Médio	Por ocorrência
7	Deixar de deduzir, do valor referente às taxas de operação (MDR), as glosas referentes ao descumprimento dos padrões de desempenho pactuados, na forma do subitem 7.3 e ss.	Médio	Por ocorrência
8	Cobrar valores fora do contrato;	Médio	Por ocorrência
9	Não cumprir prazo estabelecido para o repasse dos valores das transações;	Grave	Por ocorrência
10	Disponibilizar o serviço em nível abaixo do insuficiente, ou seja, quando o IDS medido for inferior a 96,99% em um único mês.	Grave	Por ocorrência
11	Recusar-se a executar o serviço solicitado pela fiscalização;	Grave	Por dia e por ocorrência
12	Não atingir a meta ( $IDS \geq 99,7\%$ ) por 03 (três) meses consecutivos ou 05 (cinco) meses intercalados em um período de 12 meses.	Grave	Por ocorrência
13	Suspender ou interromper, salvo motivo de força maior ou caso fortuito, a prestação dos serviços ou a disponibilidade do sistema, sem comunicação prévia e acordada com a contratada.	Grave	Por dia e por ocorrência

## 12. ANEXOS

12.1. Compõe(m) este Termo de Referência o(s) seguinte(s) anexo(s):

I) Anexo A – Estudo Técnico Preliminar (ETP);

**Fellipe Barros de Oliveira**

Diretor da Divisão de Finanças da EMERJ



Documento assinado eletronicamente por **FELLIPE BARROS DE OLIVEIRA**, **Diretor de Divisão**, em 15/04/2026, às 08:30, conforme art. 1º, III, "b", da Lei 11.419/2006.



A autenticidade do documento pode ser conferida no site [https://www10.tjrj.jus.br/sei/controlador\\_externo.php?acao=documento\\_conferir&id\\_orgao\\_acesso\\_externo=0](https://www10.tjrj.jus.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0) informando o código verificador **13102502** e o código CRC **F8F63C15**.